



JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 11083/2019

Sumário: Designa como adjunta para o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça a licenciada Maria de Fátima da Silva Consciência.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para o meu Gabinete a licenciada Maria de Fátima da Silva Consciência, técnica verificadora superior de 1.ª classe, de nomeação definitiva, da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 26 de outubro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

5 de novembro de 2019. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *Mário Belo Morgado*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria de Fátima da Silva Consciência.

Nacionalidade: portuguesa.

Data de nascimento: 14 de novembro de 1971.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, ramo de Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1990-1995);

Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1997-1998). Formadora certificada na área de contratação pública.

Atividade profissional:

Chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional (de 20 de fevereiro a 25 de outubro de 2019);

Técnica especialista no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, com funções de assessoria jurídica nas áreas de contratação pública, recursos humanos e gestão do património, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (de 1 de março de 2016 a 19 de fevereiro de 2019);

Consultoria jurídica no Departamento de Consultadoria e Planeamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas (de 26 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016);

Adjunta da Secretária de Estado da Justiça do XX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (de 30 de outubro a 25 de novembro de 2015);

Técnica especialista do Secretário de Estado da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo (de 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015);



Adjunta do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública e património, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (de 1 de setembro de 2011 a 29 de dezembro de 2013);

Técnica verificadora superior de 1.ª classe do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas;

Exercício de funções no Departamento de Controlo Prévio, com a responsabilidade de emissão de pareceres sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia, pelas entidades públicas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, em matéria de contratação pública, parcerias público-privadas e endividamento público (de 2001 a 2011);

Exercício de funções no Departamento de Controlo Concomitante com a responsabilidade de realização de auditorias na área da despesa pública e recrutamento de pessoal (1999-2001);

Assessoria jurídica no núcleo de apoio técnico do diretor-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento, do Ministério da Justiça (de março de 1997 a junho de 1999);

Exercício de advocacia (1995-1999).

312754952